

CURSO COMPLETO DE

PROCESSO CIVIL

STJ00097660

RODOLFO KRONENBERG HARTMANN

CURSO COMPLETO DE

PROCESSO CIVIL

Prefácio do Ministro Luiz Fux



Niterói, RJ

2014



Editora Impetus Ltda.

Rua Alexandre Moura, 51 – Gragoatá – Niterói – RJ

CEP: 24210-200 – Telefax: (21) 2621-7007

PROJETO GRÁFICO: SBNIGRI ARTES E TEXTOS LTDA. | EDITORA IMPETUS LTDA.

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA: SBNIGRI ARTES E TEXTOS LTDA.

CAPA: EDITORA IMPETUS LTDA.

REVISÃO DE PORTUGUÊS: C&C CRIAÇÕES E TEXTOS LTDA.

IMPRESSÃO E ENCADERNAÇÃO: GRÁFICA E EDITORA VOZES LTDA.

H333c

Hartmann, Rodolfo Kronenberg

Curso completo de processo civil / Rodolfo Kronenberg
Hartmann. – Niterói, RJ: Impetus, 2014.

912 p.; 17 x 24 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7626-765-2

1. Processo civil – Brasil. I. Título.

CDD – 347.8105

O autor é seu professor; respeite-o: não faça cópia ilegal.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução, salvo pequenos trechos, mencionando-se a fonte. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime (art. 184 do Código Penal). Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20/12/1907.

A Editora Impetus informa que quaisquer vícios do produto concernentes aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas, às referências, à originalidade e à atualização da obra são de total responsabilidade do autor/atualizador.

SUMÁRIO

PARTE I – TEORIA GERAL DO PROCESSO

Capítulo 1 – Denominação, relações do direito processual com outros ramos do direito e sua divisão	3
1.1. Denominação.....	3
1.2. Relações do direito processual com outros ramos do direito	3
1.3. Divisão do direito processual: a teoria geral do processo civil, penal e do trabalho	4
Capítulo 2 – Normas jurídicas processuais	6
2.1. Fontes normativas do Direito Processual Civil	6
2.1.1. Princípios	8
2.1.1.1. Princípios constitucionais	10
2.1.1.1.1. Princípio que garante o livre acesso à Justiça	10
2.1.1.1.2. Princípio do devido processo legal.....	11
2.1.1.1.3. Princípio do juiz natural	12
2.1.1.1.4. Princípio da motivação das decisões judiciais.....	13
2.1.1.1.5. Princípio da isonomia	14
2.1.1.1.6. Princípio do contraditório e da ampla defesa	15
2.1.1.1.7. Princípio da duração razoável do processo	16
2.1.1.2. Princípios gerais de direito	16
2.1.2. Regras jurídicas.....	17
2.2. Interpretação das normas jurídicas de direito processual civil	18
2.3. Lei processual no tempo e no espaço	19

Capítulo 3 – Jurisdição	21
3.1. Introdução	21
3.2. Características da jurisdição	22
3.2.1. Princípio da congruência, da correlação ou da adstrição	23
3.3. Espécies de jurisdição	24
3.3.1. Jurisdição penal ou não penal	24
3.3.2. Jurisdição de instância superior ou inferior	24
3.3.3. Jurisdição comum ou especial	24
3.3.4. Jurisdição de direito ou de equidade	25
3.3.5. Jurisdição contenciosa ou voluntária	25
3.4. Equivalentes jurisdicionais	27
3.4.1. Autotutela, autocomposição, conciliação e mediação	27
3.4.2. A arbitragem	28
3.4.2.1. Introdução	28
3.4.2.2. Convenção de arbitragem, cláusula compromissória e compromisso arbitral	29
3.4.2.3. O árbitro	31
3.4.2.4. O procedimento arbitral	31
3.4.2.5. Homologação de sentença arbitral estrangeira	33
Capítulo 4 – Competência e estrutura do Poder Judiciário	35
4.1. Conceito e natureza jurídica	35
4.2. Princípios reitores	36
4.2.1. Princípio da <i>perpetuatio iurisdictionis</i>	36
4.2.2. Princípio da competência sobre a competência	37
4.3. Critérios para identificar o órgão jurisdicional competente	37
4.3.1. Jurisdição interna e internacional	39
4.3.1.1. Jurisdição interna e a presença de um Estado estrangeiro ou organismo internacional em um dos polos da relação jurídica processual	40
4.3.1.2. Jurisdição interna e a homologação de sentença estrangeira	41
4.3.1.2.1. Introdução	41
4.3.1.2.2. Casuística envolvendo idênticas ações no Brasil e no exterior	42
4.3.1.2.3. Atos que podem ser homologados	43
4.3.1.2.4. Procedimento	43
4.3.1.2.5. A decisão homologatória	45
4.3.1.2.6. A execução da decisão que homologou a sentença estrangeira	46
4.3.2. Competência de Justiça	47
4.3.2.1. Justiça Federal	47
4.3.2.2. Justiça do Trabalho	52
4.3.2.3. Justiça Eleitoral	53
4.3.2.4. Justiça Militar	53

4.3.2.5.	Justiça Estadual.....	53
4.3.2.5.1.	Hipóteses de delegação da competência da Justiça Federal em prol da Justiça Estadual	54
4.4.	Competência absoluta, relativa e concorrente	55
4.5.	Questões pontuais sobre a competência	57
4.5.1.	Possibilidade de pronunciar a incompetência relativa de ofício e o art. 112, parágrafo único, introduzido pela Lei nº 11.280/06.....	58
4.5.2.	Opção entre o Juízo Cível Estadual e o Juizado Especial Estadual	59
4.5.3.	Opção entre o Juízo Cível Federal e o Juizado Especial Federal, bem como entre o Juízo Fazendário Estadual e o Juizado Especial Fazendário Estadual.....	60
4.5.4.	Competência do Juízo Regional	61
4.6.	Causas de modificação da competência: conexão e continência	61
4.7.	Conflito de competência.....	65
Capítulo 5 – Ação		67
5.1.	Conceito e considerações iniciais.....	67
5.2.	Teorias sobre o direito de ação	68
5.3.	As condições da ação	69
5.4.	Questões pontuais sobre a teoria eclética e as condições da ação	71
5.4.1.	Consequência da ausência de condições da ação.....	72
5.4.2.	Necessidade ou não de comprovação das condições da ação – teoria da asserção.....	72
5.4.3.	A dificuldade em analisar quando se trata da ausência de condição da ação ou quando é o próprio mérito que está sendo enfrentado – crítica à teoria eclética.....	73
5.4.4.	Momento processual adequado para a verificação das condições da ação.....	74
5.4.5.	Preclusão ou não para o magistrado que já analisou a presença das condições da ação.....	75
5.4.6.	Síntese sobre a teoria eclética e as condições da ação	77
5.5.	Elementos da ação.....	78
5.6.	Desistência da ação	79
5.7.	Concurso e cumulação de ações.....	80
Capítulo 6 – Processo		81
6.1.	Conceito	81
6.2.	Natureza jurídica	81
6.3.	Objeto do processo civil, penal e do trabalho	83
6.4.	Pressupostos processuais.....	84
6.4.1.	Pressupostos processuais de existência	85
6.4.2.	Pressupostos processuais de validade ou de desenvolvimento.....	86
6.4.2.1.	Capacidade processual.....	86

6.4.3.	Pressupostos processuais negativos	89
6.5.	Espécies de processo	89
6.6.	Estabilização subjetiva e objetiva do processo	90
6.7.	Causas de suspensão e de extinção do processo	91

Capítulo 7 – Tutela jurisdicional..... 93

7.1.	Introdução	93
7.2.	Classificação quanto ao objetivo do demandante – tutelas materiais.....	94
7.2.1.	Tutelas declaratórias, constitutivas e condenatórias	94
7.2.2.	Tutela satisfativa ressarcitória.....	94
7.2.3.	Tutela satisfativa inibitória.....	95
7.2.4.	Tutela cautelar (não satisfativa).....	96
7.3.	Classificação quanto ao gerenciamento do processo pelo magistrado – tutelas processuais	98
7.3.1.	Tutela de evidência	98
7.3.1.1.	Resolução liminar do mérito na forma do art. 285-A	98
7.3.1.2.	Julgamento antecipado da lide (art. 330).....	98
7.3.1.3.	Antecipação dos efeitos da parte incontroversa do pedido (art. 273, § 6º).....	99
7.3.2.	A antecipação dos efeitos da tutela.....	101
7.3.2.1.	Introdução.....	101
7.3.2.2.	Antecipação dos efeitos da tutela satisfativa e da tutela cautelar. Art. 273, § 7º.....	102
7.3.2.3.	Requerimento e concessão <i>ex officio</i> . Revogação. Contraditório da parte contrária	104
7.3.2.4.	Momentos para a concessão e a antecipação dos efeitos da tutela na própria sentença	106
7.3.2.5.	Requisitos para a concessão da antecipação dos efeitos da tutela.....	107
7.3.2.5.1.	Prova inequívoca da verossimilhança	108
7.3.2.5.2.	Reversibilidade dos efeitos da decisão.....	108
7.3.2.5.3.	Risco de dano irreparável ou de difícil reparação ou o manifesto atuar protelatório da parte contrária	109
7.3.2.6.	A antecipação da tutela em procedimentos comuns e especiais.....	111
7.3.2.7.	Restrição à antecipação dos efeitos da tutela.....	111
7.3.2.7.1.	Pretensões de natureza constitutiva e declaratória.....	111
7.3.2.7.2.	A antecipação dos efeitos da tutela em face da Fazenda Pública	112
7.3.3.	Tutela específica	114

Capítulo 8 – Sujeitos do processo	115
8.1. O magistrado	115
8.1.1. Introdução	115
8.1.2. Neutralidade e imparcialidade do magistrado	115
8.1.3. Poderes e deveres do magistrado	116
8.2. Partes principais e partes secundárias	117
8.2.1. Sucessão processual	118
8.2.2. Substituição processual	119
8.3. O Ministério Público e a sua atuação processual.....	120
8.3.1. Ato processual praticado por promotor <i>ad hoc</i>	122
8.3.2. Ausência de intimação do membro do Ministério Público para atuar como fiscal da lei	123
8.4. O advogado e a sua atuação processual	125
8.4.1. Ato processual despido de assinatura do advogado ou quando este não possui procuração nos autos.....	126
8.5. Deveres das partes e colaboração processual.....	126
 Capítulo 9 – Litisconsórcio.....	 128
9.1. Introdução e classificação.....	128
9.1.1. Quanto ao polo processual: ativo, passivo e misto	129
9.1.2. Quanto ao momento de formação: originário e superveniente.....	129
9.1.3. Quanto a obrigatoriedade ou não de formação: necessário e facultativo...	129
9.1.4. Quanto a interdependência de atuação dos litisconsortes: unitário e simples ou comum	130
9.1.5. Litisconsórcio multitudinário.....	132
9.2. Questões pontuais sobre o litisconsórcio necessário e facultativo.....	134
9.2.1. Possibilidade ou não de inclusão, pelo magistrado, de litisconsorte necessário ausente	134
9.2.2. Consequência processual quando o magistrado percebe a ausência de litisconsorte necessário ao processo	134
9.2.3. Possibilidade ou não da formação de um litisconsórcio ativo necessário ...	135
9.2.4. Possibilidade ou não de admissão de um litisconsórcio ativo, superveniente e facultativo.....	136
9.3. Tratamento processual reservado aos litisconsortes	136
 Capítulo 10 – Intervenção de terceiros.....	 138
10.1. Modalidades de intervenção de terceiros	138
10.1.1. Assistência simples	139
10.1.1.1. Procedimento para ingresso do assistente simples e sua postura processual.....	140
10.1.2. Assistência qualificada ou litisconsorcial	142
10.1.3. Oposição.....	143

10.1.4. Nomeação a autoria	145
10.1.5. Denúnciação a lide	148
10.1.5.1. Introdução.....	148
10.1.5.2. Competência	150
10.1.5.3. Legitimados para oferecimento da denúnciação a lide	150
10.1.5.4. Processos e procedimentos que admitem a denúnciação a lide	151
10.1.5.5. Hipóteses de cabimento	152
10.1.5.5.1. Denúnciação a lide realizada pelo Estado em desfavor do seu agente público	154
10.1.5.6. Processamento da denúnciação a lide	155
10.1.5.6.1. Sentença julgando procedente o pedido originário e também aquele formulado na denúnciação a lide.....	155
10.1.5.6.2. Sentença julgando procedente o pedido originário e improcedente aquele formulado na denúnciação a lide.....	156
10.1.5.6.3. Sentença julgando improcedente o pedido originário e reflexo para a denúnciação a lide	156
10.1.5.6.4. Processamento do recurso de apelação após o julgamento da demanda primitiva e da denúnciação a lide.....	157
10.1.5.7. Denúnciação a lide sucessiva e <i>per saltum</i>	158
10.1.6. Chamamento ao processo	159
10.1.6.1. Chamamento ao processo ou denúnciação a lide em demandas envolvendo acidente de veículo de via terrestre (art. 101, inc. II, CDC)	162
10.1.6.2. Chamamento ao processo e o art. 1.698 do CC	164
10.1.7. Recurso interposto por terceiro.....	165
10.1.8. Outras participações de terceiros no processo.....	166
10.1.8.1. Intervenção anômala (art. 5º, Lei nº 9.469/97)	167
10.1.8.2. Protesto por preferência (art. 711)	168
10.1.8.3. <i>Amicus curiae</i> (art. 7º, § 2º, da Lei nº 9.868/99).....	169

Capítulo 11 – Atos processuais 172

11.1. Introdução	172
11.2. Princípios	173
11.2.1. Princípio da liberdade de forma dos atos processuais	173
11.2.2. Princípio da documentação.....	173
11.2.3. Princípio da publicidade.....	174
11.3. Atos processuais praticados pelo magistrado, serventuários e pelas partes	175
11.3.1. Atos praticados pelo magistrado e pelos serventuários.....	175
11.3.2. Atos praticados pelas partes.....	176

11.4.	Forma dos atos processuais	176
11.4.1.	Tempo para a prática dos atos processuais.....	177
11.4.2.	Do lugar para a prática dos atos processuais.....	177
11.4.3.	Prazo para a prática dos atos processuais	178
11.4.3.1.	Consequências processuais em razão da perda de um prazo....	179
11.4.3.2.	Contumácia e preclusão	179
11.4.3.3.	Classificação dos prazos.....	181
11.4.3.3.1.	Prazos legais, convencionais e judiciais	181
11.4.3.3.2.	Prazos comuns e particulares.....	181
11.4.3.3.3.	Prazos próprios e impróprios	182
11.4.3.3.4.	Prazos especiais.....	182
11.4.3.3.5.	Prazos dilatatórios e peremptórios.....	184
11.4.3.4.	Contagem dos prazos.....	185
11.4.3.5.	Suspensão e interrupção dos prazos	186

Capítulo 12 – Vícios dos atos processuais 187

12.1.	Introdução	187
12.2.	Princípios reitores	188
12.2.1.	Princípio da instrumentalidade das formas.....	188
12.2.2.	Princípio do prejuízo	189
12.2.3.	Princípio da causalidade	189
12.2.4.	Princípio do interesse.....	190
12.3.	Espécies de vícios processuais	191
12.3.1.	Inexistência.....	191
12.3.2.	Nulidade absoluta.....	193
12.3.3.	Nulidade relativa ou anulabilidade	194
12.3.4.	Rescindibilidade.....	195
12.3.5.	Irregularidade	196

PARTE II – O PROCESSO DE CONHECIMENTO

Capítulo 13 – Processo de Conhecimento 199

13.1.	Processo de conhecimento	199
13.2.	Distinção entre processo e procedimento	199
13.3.	Procedimentos existentes	200
13.4.	Indisponibilidade do procedimento.....	201

Capítulo 14 – Procedimento comum ordinário e sumário..... 203

14.1.	Procedimento comum ordinário.....	203
14.2.	Procedimento comum sumário	203
14.2.1.	A disponibilidade ou não do rito sumário em relação ao procedimento ordinário	205

14.2.2. A disponibilidade ou não do rito sumário em relação aos procedimentos dos Juizados Especiais	206
14.2.3. Hipóteses que autorizam a adoção do rito sumário.....	206
14.2.3.1. Critério: valor da causa.....	207
14.2.3.2. Critério: matéria discutida nos autos.....	208
14.2.4. Processamento.....	208

Capítulo 15 – Petição inicial..... 213

15.1. Petição inicial: conceito e requisitos	213
15.2. Indicação do Juízo ou Tribunal	213
15.3. Identificação e qualificação das partes	214
15.4. A causa de pedir: os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido.....	215
15.5. Pedido.....	217
15.5.1. Pedido implícito	218
15.5.2. Pedido genérico	219
15.5.3. Questões pontuais sobre o pedido de danos morais.....	220
15.5.3.1. Distinção entre dano moral e dano material	221
15.5.3.2. Distinção entre dano moral e dano estético	221
15.5.3.3. Distinção entre dano moral e mero aborrecimento	222
15.5.3.4. Comprovação dos danos morais	222
15.5.3.5. Pedido de danos morais formulado por pessoa jurídica	222
15.5.3.6. Pedido de danos morais e incidência ou não de imposto de renda sobre o valor eventualmente recebido pelo demandante	222
15.5.3.7. Pedido genérico de danos morais.....	223
15.5.3.8. Pedido genérico de danos morais e valor fixado que frustra as expectativas do demandante – interesse em recorrer.....	225
15.5.3.9. Pedido certo e determinado de danos morais: valor inferior ao postulado – fixação da sucumbência	225
15.5.3.10. Pedido certo e determinado de danos morais em salários mínimos	226
15.5.3.11. Correção monetária e juros na sentença que julga procedente pedido de danos morais	226
15.5.4. Pedido relativo à obrigação indivisível.....	227
15.5.5. Alteração qualitativa ou quantitativa do pedido.....	227
15.5.6. Cumulação de pedidos.....	228
15.6. Indicação do valor da causa	231
15.7. Indicação das provas que se pretende produzir	232
15.8. Requerimento para citação do demandado	232
15.9. Indicação do endereço do patrono e assinatura	232
15.10. Requisitos eventuais	232
15.11. Forma da petição inicial: escrita e oral.....	233
15.12. Documentos indispensáveis para a propositura da demanda	233

Capítulo 16 – Propositura da ação e seu juízo inicial: emenda, indeferimento, resolução liminar do mérito ou o despacho liminar de conteúdo positivo.....

de conteúdo positivo.....	235
16.1. Distribuição.....	235
16.2. Possibilidade de emenda da petição inicial.....	236
16.3. Indeferimento da petição inicial	237
16.4. Resolução liminar do mérito, na forma do art. 285-A	240
16.5. O despacho liminar de conteúdo positivo.....	243

Capítulo 17 – Comunicação dos atos processuais.....

17.1. Comunicação dos atos processuais.....	245
17.2. Citação	245
17.2.1. Teoria da aparência.....	246
17.2.2. Situações em que a citação não pode ser realizada.....	247
17.2.3. Modalidades de citação.....	247
17.2.3.1. Citação pela via postal.....	248
17.2.3.2. Citação por oficial de justiça	248
17.2.3.3. Citação por meio eletrônico	249
17.2.3.4. Citação por edital.....	250
17.2.3.5. Citação por hora certa.....	251
17.2.4. Efeitos da citação.....	252
17.2.4.1. A pronúncia da prescrição de ofício pelo magistrado (art. 219, § 5º)	253
17.2.5. Consequências processuais da falta ou da nulidade de citação ao processo.....	257
17.3. Intimação.....	258
17.4. As cartas: precatória, de ordem e o pedido de cooperação internacional.....	258
17.4.1. Carta precatória.....	259
17.4.2. Carta de ordem.....	260
17.4.3. Pedido de cooperação internacional: auxílio direto e carta rogatória	261

Capítulo 18 – Comportamento do demandado I: reconhecimento do pedido ou inércia.....

18.1. Comportamento do demandado.....	263
18.2. Reconhecimento da procedência do pedido	263
18.3. Ausência de resposta do demandado: revelia.....	264
18.3.1. Efeito material da revelia.....	265
18.3.2. Efeito processual da revelia	266
18.3.3. Diferença entre contumácia, revelia e ônus da impugnação especificada da prova.....	267

18.3.4. Questões pontuais sobre a revelia	268
18.3.4.1. Revelia em desfavor da Fazenda Pública.....	268
18.3.4.2. Revelia nos embargos a execução.....	268
18.3.4.3. Revelia em procedimentos especiais	269

Capítulo 19 – Comportamento do demandado II: apresentação de resposta ...271

19.1. Resposta do demandado	271
19.2. Teses defensivas	272
19.2.1. Classificação das teses defensivas quanto à possibilidade de seu reconhecimento de ofício pelo magistrado: objeções e exceções	272
19.2.2. Classificação das teses defensivas quanto ao tema: materiais (diretas e indiretas) e processuais (dilatórias e peremptórias)	272
19.3. Modalidade de resposta: contestação	273
19.3.1. Princípio da eventualidade	274
19.3.2. Questões prévias na contestação.....	274
19.3.2.1. Questões preliminares.....	275
19.3.2.2. Questões prejudiciais	276
19.3.2.2.1. Ação declaratória incidental	277
19.3.3. Consequências da apresentação da contestação	279
19.4. Modalidade de resposta: exceção	280
19.4.1. Legitimidade	280
19.4.2. Forma.....	281
19.4.3. Prazo.....	281
19.4.4. Efeito suspensivo da exceção	282
19.4.5. Processamento da exceção de impedimento ou suspeição	282
19.4.6. Processamento da exceção de incompetência relativa	284
19.5. Modalidade de resposta: reconvenção.....	284
19.5.1. Distinção entre a reconvenção, o pedido contraposto e as ações dúplices	285
19.5.2. Distinção entre a reconvenção e a ação declaratória incidental	287
19.5.3. Processos e procedimentos que admitem a reconvenção	287
19.5.4. Procedimento na reconvenção.....	289
19.6. Modalidade de resposta: impugnação ao valor da causa	293
19.7. Modalidade de resposta: impugnação a gratuidade de justiça.....	294

Capítulo 20 – Providências preliminares..... 296

20.1. Providências preliminares	296
20.2. Julgamento conforme o estado do processo (art. 329).....	296
20.3. Julgamento antecipado da lide (art. 330)	297
20.4. Audiência preliminar (art. 331).....	298
20.5. O saneamento do processo (art. 331, § 2º).....	299

Capítulo 21 – Das provas	301
21.1. Teoria Geral das provas	301
21.2. Classificação das provas	302
21.2.1. Provas típicas e atípicas.....	302
21.2.2. Provas ilícitas.....	303
21.2.2.1. Vedação do uso da prova ilícita por derivação no processo	303
21.2.2.2. Uso excepcional de prova ilícita para fundamentar ato decisório.....	303
21.2.3. Prova indiciária	304
21.2.4. Prova emprestada.....	305
21.2.5. Prova de fora da terra.....	305
21.2.6. Prova diabólica	306
21.3. Objeto da prova.....	306
21.4. Fatos que independem de prova.....	307
21.5. Etapas para a produção da prova	308
21.6. Critérios para a valoração da prova	309
21.7. Ônus da prova e ônus financeiro da prova	311
21.8. Provas em espécie	314
21.8.1. Depoimento pessoal	314
21.8.2. Confissão.....	315
21.8.3. Exibição de documento ou coisa.....	317
21.8.3.1. Exibição de documento ou coisa em poder da outra parte, na própria demanda principal	317
21.8.3.2. Exibição de documento ou coisa em poder de terceiro, após já ter sido deflagrada a demanda principal.....	318
21.8.3.3. Exibição de documento ou coisa em demanda cautelar preparatória	319
21.8.4. Prova documental.....	319
21.8.4.1. Incidente de falsidade de prova documental.....	320
21.8.5. Prova testemunhal.....	321
21.8.5.1. Incidente de recusa de prova testemunhal.....	326
21.8.6. Prova pericial	326
21.8.7. Inspeção judicial	329
21.8.8. Interceptação de dados telemáticos e uso desta prova no processo civil	329
 Capítulo 22 – Audiência de instrução e julgamento	 332
22.1. Audiência de instrução e julgamento.....	332
22.2. Princípios informativos da AIJ: publicidade, concentração, oralidade, imediatividade e identidade física do juiz.....	333
22.2.1. Princípio da publicidade.....	333
22.2.2. Princípio da concentração.....	333
22.2.3. Princípio da oralidade.....	333

22.2.4. Princípio da imediatividade	334
22.2.5. Princípio da identidade física do juiz	334
22.3. Estrutura: abertura, conciliação, instrução, debates orais, sentença e recursos.....	335
Capítulo 23 – Sentença	339
23.1. Sentença	339
23.2. Fundamentos da sentença: art. 267 e art. 269.....	340
23.3. Espécies de sentença	344
23.3.1. Classificação das sentenças quanto às suas consequências: terminativas e definitivas.....	344
23.3.2. Classificação das sentenças quanto ao seu conteúdo: declaratórias, constitutivas, condenatórias, executivas <i>lato sensu</i> e mandamentais	345
23.3.3. Sentenças determinativas	349
23.4. Estrutura da sentença	350
23.5. Vícios na sentença	352
23.5.1. Sentença <i>ultra, extra</i> e <i>citra petita</i>	352
23.5.2. Sentença condicional	354
23.6. Correção da sentença	356
23.7. Fixação da sucumbência: honorários e custas.....	357
23.7.1. Critérios para a fixação da sucumbência	357
23.7.2. A fixação da sucumbência à luz do art. 20 do CPC	359
23.7.3. Sucumbência na cumulação subjetiva de ações (litisconsórcio).....	360
23.7.4. Sucumbência na cumulação objetiva de ações (cumulação de pedidos)	361
23.7.5. Sucumbência em demandas relativas a dano moral	362
23.7.6. Sucumbência e gratuidade de justiça.....	362
23.7.7. Sucumbência no mandado de segurança e <i>habeas data</i>	363
23.7.8. Sucumbência na ação civil pública.....	363
23.7.9. Sucumbência na ação popular	364
23.7.10. Sucumbência na ação monitória	364
Capítulo 24 – A coisa julgada	365
24.1. Introdução, desenvolvimento histórico e definição	365
24.2. Cognição exercida e atos que podem gerar coisa julgada	367
24.3. Distinção entre coisa julgada e preclusão.....	371
24.4. Classificação da coisa julgada	372
24.4.1. Coisa julgada formal, material e soberanamente julgada.....	372
24.4.2. Coisa julgada <i>pro et contra</i>	373
24.5. Limites subjetivos da coisa julgada.....	373
24.6. Limites objetivos da coisa julgada	374
24.7. Efeitos da coisa julgada: vinculativo, sanatório e preclusivo.....	375
24.8. Questões pontuais sobre a coisa julgada.....	377
24.8.1. A coisa julgada no mandado de segurança	377

24.8.2. A coisa julgada nas sentenças determinativas.....	379
24.8.3. A relativização da coisa julgada	379
24.8.3.1. Relativização da coisa julgada nas ações de desapropriação.....	380
24.8.3.2. Relativização da coisa julgada nas ações de estado	381
24.8.4. A coisa julgada inconstitucional	382

PARTE III – RECURSOS CÍVEIS, AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO E INCIDENTES NOS TRIBUNAIS

Capítulo 25 – Teoria geral dos recursos	387
25.1. Conceito e justificativa	387
25.2. Objetivo do recurso.....	388
25.3. <i>Error in iudicando e error in procedendo</i>	389
25.4. Distinção em relação a ação autônoma de impugnação.....	390
25.5. Distinção em relação aos sucedâneos recursais.....	391
25.6. Distinção em relação ao reexame necessário	391
25.7. Decisões sujeitas e não sujeitas a recursos	393
25.7.1. Acórdão do Pleno do STF que nega o reconhecimento de repercussão geral em sede de REXTR	394
25.7.2. Decisão monocrática do Desembargador que converte o recurso de agravo, na modalidade de instrumento para a retida	394
25.7.3. Sentença terminativa proferida em sede de Juizado Especial Federal.....	395
25.7.4. Decisões interlocutórias proferidas em sede de Juizado Especial Estadual.....	395
25.8. Princípios	396
25.8.1. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	397
25.8.2. Princípio da taxatividade	398
25.8.3. Princípio que veda a reforma para pior.....	399
25.8.3.1. Sentença terminativa impugnada exclusivamente pelo demandante	399
25.8.3.2. Sentença terminativa impugnada exclusivamente pelo demandado	400
25.8.3.3. Sentença definitiva de procedência parcial do pedido, impugnada exclusivamente pelo demandante e a possibilidade de o Tribunal pronunciar ou não de ofício a prescrição.....	401
25.8.3.4. Recurso interposto por uma das partes e decisão mantida pelo Tribunal, embora com modificação do fundamento (art. 515, § 2º)	401
25.8.4. Princípio da singularidade, unicidade ou unirrecorribilidade.....	402
25.8.5. Princípio da fungibilidade	403
25.8.5.1. Decisão que julga o incidente de impugnação a gratuidade de Justiça	404

25.8.5.2.	Decisão que indefere parcialmente uma petição inicial	405
25.8.5.3.	Sentença objetivamente complexa.....	406
25.8.6.	Princípio da variabilidade.....	407
25.9.	Classificação dos recursos	407
25.9.1.	Recurso total e recurso parcial.....	407
25.9.2.	Recurso de fundamentação vinculada e de fundamentação livre	407
25.9.3.	Recurso ordinário e REXTR	408
25.9.4.	Recurso interposto na modalidade autônoma ou adesiva	408
25.10.	Desistência e renúncia do recurso. Aquiescência da decisão.....	411

Capítulo 26 – Juízo de admissibilidade e de mérito dos recursos..... 413

26.1.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	413
26.2.	Requisitos de admissibilidade do recurso	414
26.2.1.	Legitimidade	414
26.2.2.	Interesse em recorrer	415
26.2.3.	Cabimento do recurso.....	415
26.2.4.	Tempestividade.....	416
26.2.5.	Preparo	419
26.2.6.	Regularidade formal	420
26.3.	Consequências da inadmissibilidade de um recurso	420
26.4.	Consequências da admissibilidade de um recurso	421
26.4.1.	Juízo de retratação	422
26.4.2.	Efeitos do recurso	423
26.4.2.1.	Regressivo	423
26.4.2.2.	Devolutivo	423
26.4.2.2.1.	Devolutivo na extensão e na profundidade	424
26.4.2.2.2.	Art. 515, § 1º, e art. 516.....	425
26.4.2.2.3.	Art. 515, § 2º.....	427
26.4.2.2.4.	Art. 515, § 3º. Teoria da causa madura	427
26.4.2.2.5.	Art. 515, § 4º.....	430
26.4.2.3.	Translativo.....	430
26.4.2.4.	Suspensivo e ativo.....	430
26.4.2.5.	Expansivo subjetivo.....	432
26.4.2.6.	Expansivo objetivo	433
26.4.2.7.	Infringentes ou modificativos.....	434
26.4.2.8.	Substitutivo	435
26.4.2.9.	Obstativo.....	435

Capítulo 27 – Recursos em espécie 436

27.1.	Recurso de apelação.....	436
27.1.1.	Introdução	436
27.1.2.	Casos em que uma sentença não comporta apelação	436

27.1.2.1.	Sentença proferida em sede de Juizado Especial.....	436
27.1.2.2.	Recurso ordinário para impugnar sentença de primeira instância.....	437
27.1.2.3.	Sentença que decreta a falência.....	437
27.1.2.4.	Decisão do incidente de liquidação.....	437
27.1.2.5.	Sentença proferida em execução fiscal de alçada.....	438
27.1.3.	Processamento inicial em primeira instância.....	438
27.1.3.1.	Efeitos em que a apelação é recebida.....	440
27.1.3.2.	Realização do juízo de retratação (efeito regressivo).....	441
27.1.3.3.	Intimação da parte contrária para resposta ao recurso.....	441
27.1.4.	Procedimento posterior em primeira instância.....	443
27.1.5.	Procedimento em segunda instância.....	443
27.2.	Recurso de agravo.....	446
27.2.1.	Introdução.....	446
27.2.2.	Agravo na modalidade retida.....	446
27.2.3.	Agravo na modalidade por instrumento.....	449
27.2.4.	Agravo na modalidade interna.....	453
27.2.5.	Agravo regimental.....	454
27.3.	Embargos de declaração.....	455
27.3.1.	Introdução e hipóteses de cabimento.....	455
27.3.2.	Processamento.....	457
27.4.	Embargos infringentes.....	459
27.4.1.	Introdução.....	459
27.4.2.	Hipóteses duvidosas de cabimento dos embargos infringentes.....	460
27.4.2.1.	Embargos infringentes de decisão proferida em recurso de apelação interposto para impugnar sentença terminativa, quando o Tribunal tiver aplicado o art. 515, § 3º.....	460
27.4.2.2.	Embargos infringentes da decisão que julga o recurso ordinário.....	461
27.4.2.3.	Embargos infringentes da decisão que julga o recurso de agravo.....	461
27.4.2.4.	Embargos infringentes de decisão proferida em embargos de declaração.....	462
27.4.2.5.	Embargos infringentes em requerimento de falência.....	462
27.4.2.6.	Embargos infringentes em mandado de segurança.....	463
27.4.2.7.	Embargos infringentes e a decisão da ação rescisória.....	463
27.4.2.8.	Embargos infringentes para impugnar decisão não unânime proferida em incidente de controle de constitucionalidade difuso perante o Tribunal.....	464
27.4.2.9.	Embargos infringentes e reexame necessário.....	464
27.4.3.	Procedimento para os embargos infringentes.....	464
27.4.4.	Situações peculiares envolvendo os embargos infringentes.....	466

27.4.4.1.	Voto médio.....	466
27.4.4.2.	Embargos infringentes na Lei de Execução Fiscal (Lei nº 6.830/80).....	467
27.5.	Recurso ordinário.....	467
27.5.1.	Hipóteses de cabimento.....	467
27.5.2.	Processamento.....	469
27.6.	Recurso extraordinário e recurso especial.....	469
27.6.1.	Hipóteses de cabimento para o recurso extraordinário.....	471
27.6.2.	Hipóteses de cabimento para o recurso especial	472
27.6.3.	Requisitos de admissibilidade comuns.....	472
27.6.3.1.	Exaurimento ou esgotamento das vias recursais.....	472
27.6.3.2.	Tempestividade	473
27.6.3.3.	Prequestionamento	475
27.6.4.	Requisitos de admissibilidades específicos	477
27.6.4.1.	Repercussão geral	477
27.6.4.2.	Violação frontal e direta ao texto constitucional.....	479
27.6.4.3.	Comprovação da divergência	480
27.6.5.	Procedimento.....	481
27.6.5.1.	Interposição e não recebimento	481
27.6.5.2.	Interposição e recebimento. Recursos não repetitivos. Efeitos. Encaminhamento	483
27.6.5.3.	Interposição e recebimento. Recursos repetitivos (art. 543-B e art. 543-C).....	485
27.6.5.4.	Interposição e recebimento. Recursos retidos (art. 542, § 3º)....	487
27.7.	Embargos de divergência.....	489
Capítulo 28 – Ações autônomas de impugnação nos tribunais		491
28.1.	Ação rescisória.....	491
28.1.1.	Introdução	491
28.1.2.	Competência.....	492
28.1.3.	Prazo para ajuizamento	494
28.1.3.1.	Prazo para o ajuizamento da ação rescisória fundada no art. 485, inciso III	494
28.1.3.2.	Prazo para o ajuizamento da ação rescisória fundada no art. 485, inciso VII	495
28.1.3.3.	Prazo para o ajuizamento da ação rescisória quando o recurso anterior não tiver sido conhecido	496
28.1.3.4.	Prazo para o ajuizamento da ação rescisória quando se tratar de decisão objetivamente complexa (mais de um capítulo), sem que todos sejam impugnados	497
28.1.4.	Legitimidade para o ajuizamento da ação rescisória	499

28.1.5. Hipóteses que autorizam o ajuizamento da ação rescisória (rescindibilidades).....	500
28.1.5.1. Juiz peitado (art. 485, inciso I)	500
28.1.5.2. Incompetência absoluta do juízo e magistrado impedido (art. 485, inciso II)	501
28.1.5.3. Colusão ou dolo da parte vencedora (art. 485, inciso III)	502
28.1.5.4. Ofensa a coisa julgada (art. 485, inciso IV)	504
28.1.5.5. Violação de literal disposição em lei (art. 485, inciso V).....	505
28.1.5.6. Decisão proferida com base em prova falsa (art. 485, inciso VI).....	506
28.1.5.7. Juntada de documento novo (art. 485, inciso VII)	506
28.1.5.8. Decisão baseada em confissão viciada, homologatória de acordo ou de desistência (art. 485, inciso VIII)	507
28.1.5.9. Decisão proferida com erro de fato (art. 485, inciso IX)	508
28.1.6. Procedimento para a ação rescisória	509
28.1.6.1. Petição inicial e caução	509
28.1.6.2. Despacho liminar de conteúdo negativo	510
28.1.6.3. Despacho liminar de conteúdo positivo	511
28.1.6.4. Efeito suspensivo e concessão de tutela antecipada satisfativa ou cautelar.....	511
28.1.6.5. Defesa do demandado	512
28.1.6.6. Instrução processual e etapa superveniente.....	514
28.1.6.7. Decisão e recursos.....	514
28.1.7. Distinção entre a ação rescisória, a ação anulatória e a <i>querella nullitatis</i>	515
28.2. Reclamação	516

Capítulo 29 – Incidentes nos tribunais..... 518

29.1. Incidentes nos Tribunais – breve explanação	518
29.2. Da uniformização de jurisprudência.....	518
29.2.1. Processamento.....	518
29.2.2. Distinção com figuras afins: RESP (art. 105, I, alínea "c", CRFB-88), embargos de divergência (art. 546) e mecanismo para composição de divergência (art. 555, § 1º)	520
29.3. Da declaração de inconstitucionalidade	521
29.4. Requerimento de suspensão da segurança.....	523
29.4.1. Introdução	523
29.4.2. Legitimidade para o requerimento.....	524
29.4.3. Competência para a decisão.....	525
29.4.4. Procedimento.....	526
29.4.5. Reclamação, agravo de instrumento e SS simultâneos	527
29.4.6. Reclamação, apelação e SS simultâneos	528

29.5.	Súmula vinculante	529
29.5.1.	Introdução	529
29.5.2.	Distinção entre a Súmula vinculante e a Súmula impeditiva de recursos ...	531
29.5.3.	Procedimento para criação, modificação e revogação da Súmula vinculante	532
29.5.4.	Objeto da súmula	532
29.5.5.	Competência para criação e destinatários da Súmula vinculante	533
29.5.6.	Legitimados para início do procedimento	533
29.5.7.	Modulação dos efeitos.....	535
29.5.8.	Demais considerações sobre o procedimento e conclusão.....	535

PARTE IV – A EXECUÇÃO CIVIL

Capítulo 30 – Teoria geral da execução	539	
30.1.	Conceito de execução e o seu mérito	539
30.2.	Unidade de processo e dualidade de ação.....	540
30.3.	Características da execução.....	541
30.3.1.	Substitutividade.....	542
30.3.2.	Definitividade	542
30.3.3.	Subsidiariedade	543
30.4.	Princípios da execução	543
30.4.1.	Princípio da disponibilidade ou do desfecho único	543
30.4.2.	Princípio do menor sacrifício do executado	544
30.4.3.	Princípio da realidade ou patrimonialidade	544
30.4.4.	Princípio da tipicidade	544
30.5.	Espécies de execução.....	545
30.5.1.	Procedimentos executivos existentes.....	545
30.5.2.	Execução provisória e definitiva.....	546
30.5.3.	Execução completa e incompleta.....	548
Capítulo 31 – Competência na execução	549	
31.1.	Competência para a execução	549
31.2.	Situações excepcionais envolvendo a competência na execução	549
31.3.	Competência para o processamento e julgamento dos embargos e do incidente de impugnação.....	552
Capítulo 32 – Partes e responsabilidade patrimonial	553	
32.1.	Partes principais na execução	553
32.2.	Litisconsórcio na execução	554
32.3.	Intervenção de terceiros na execução.....	555
32.4.	Estabilidade subjetiva e objetiva na execução	556

32.5.	Responsabilidade patrimonial primária e secundária	557
32.6.	Situações em que o executado responde com bens que não mais integram o seu patrimônio.....	559
32.6.1.	Fraude à alienação de bem penhorado	560
32.6.2.	Fraude à execução	560
32.6.3.	Fraude a credores	563
Capítulo 33 – O título executivo		565
33.1.	Pressuposto da execução: o título executivo	565
33.2.	Classificação dos títulos executivos	566
33.2.1.	Títulos executivos judiciais	566
33.2.2.	Títulos executivos extrajudiciais	570
33.3.	Requisitos: certeza, liquidez e exigibilidade da obrigação constante no título.....	572
33.4.	A liquidação da sentença.....	572
33.5.	A liquidação da sentença penal e daquela proferida em processo coletivo	574
Capítulo 34 – Procedimento comum para obrigação de pagar.....		576
34.1.	Procedimento específico para obrigação de pagar constante em título judicial	576
34.1.1.	Introdução	576
34.1.2.	Requerimento	576
34.1.3.	A multa de 10% prevista no art. 475-J	577
34.1.4.	Deferimento da execução: interrupção da prescrição	580
34.1.5.	Fixação de honorários advocatícios	581
34.1.6.	Cumprimento do mandado de penhora e avaliação. Incompatibilidade do arresto (art. 653).....	581
34.1.7.	Necessidade ou não de garantia prévia do juízo para o oferecimento da Impugnação	582
34.1.8.	A impugnação.....	583
34.1.8.1.	Natureza jurídica.....	583
34.1.8.2.	Diferença entre a impugnação e os embargos	584
34.1.8.3.	Procedimento na impugnação.....	584
34.1.8.4.	Inexigibilidade do título fundado em ato normativo declarado inconstitucional (art. 475-L, § 1º)	586
34.1.8.5.	Decisão da impugnação e recurso.....	586
34.1.9.	Fim da execução	587
34.2.	Procedimento específico para obrigação de pagar constante em título extrajudicial	587
34.2.1.	Introdução	587
34.2.2.	Petição inicial, título executivo e planilha	588
34.2.3.	Deferimento da execução. Interrupção da prescrição.....	588
34.2.4.	Fixação de honorários.....	588
34.2.5.	Citação. Arresto (art. 653).....	589

34.2.6.	Parcelamento	591
34.2.7.	Embargos do executado	592
34.2.7.1.	Prazo para oferecimento dos embargos	593
34.2.7.2.	Efeito suspensivo nos embargos	593
34.2.7.3.	Dispensa de garantia para admissão dos embargos	594
34.2.8.	Exceção de pré-executividade	595
34.2.9.	Procedimento nos embargos	597
34.2.10.	Fim da execução	600
34.3.	Procedimento comum para obrigação de pagar constante em título judicial e extrajudicial: penhora	600
34.3.1.	Conceito e natureza jurídica da penhora	600
34.3.2.	Nomeação dos bens	601
34.3.3.	Objeto da penhora e possibilidade de renúncia às regras de impenhorabilidade absoluta	601
34.3.4.	Bens absolutamente e relativamente impenhoráveis	603
34.3.5.	Penhora de parte do faturamento da sociedade	604
34.3.6.	Penhora <i>on-line</i>	605
34.3.7.	Efeitos da penhora	606
34.3.8.	Remição, substituição, repetição, redução ou ampliação da penhora	606
34.3.9.	Depositário dos bens penhorados	607
34.4.	Procedimento comum para obrigação de pagar constante em título judicial e extrajudicial: etapa expropriatória	608
34.4.1.	Introdução	608
34.4.2.	Adjudicação	609
34.4.3.	Alienação por iniciativa particular	611
34.4.4.	Alienação em hasta pública	611
34.4.4.1.	Atos preparatórios	612
34.4.4.2.	A licitação	613
34.4.4.3.	Assinatura do auto	614
34.4.4.4.	Causas de nulidade da arrematação	614
34.4.4.5.	Meios para reconhecer a nulidade ou ineficácia da arrematação	615
34.4.4.6.	Evicção e vício redibitório no bem arrematado	616
34.4.5.	Usufruto de bem móvel ou imóvel	617
Capítulo 35	– Suspensão e extinção da execução	618
35.1.	Introdução	618
35.2.	Hipóteses de suspensão da execução (art. 791)	619
35.3.	Sentença e coisa julgada na execução	620
35.4.	Hipóteses de extinção da execução (art. 794)	622
35.5.	Sistema recursal na execução	622

Capítulo 36 – Procedimentos especiais para obrigação de pagar.....	624
36.1. Execução em face da Fazenda Pública.....	624
36.1.1. Introdução	624
36.1.2. Título executivo	624
36.1.3. Legitimidade passiva	625
36.1.4. Incidência das novas leis.....	625
36.1.5. Execução provisória e definitiva em face da Fazenda Pública.....	626
36.1.6. Petição inicial.....	626
36.1.7. Honorários advocatícios.....	627
36.1.8. Procedimento ulterior	628
36.1.9. Requisição do pagamento	629
36.1.10. A efetivação do pagamento pela Fazenda Pública.....	631
36.1.11. O sequestro.....	632
36.2. Execução fiscal	634
36.2.1. Introdução	634
36.2.2. Legitimação ativa e passiva. Litisconsórcio.....	634
36.2.3. Adequação da via eleita	635
36.2.4. O título executivo: a certidão da dívida ativa.....	636
36.2.5. O despacho liminar de conteúdo positivo ou negativo	636
36.2.6. Citação na execução fiscal.....	638
36.2.7. Parcelamento (art. 745-A, CPC)	638
36.2.8. Garantia do juízo	638
36.2.9. Necessidade de garantia do juízo para oferecimento dos embargos	639
36.2.10. Embargos do executado e ação anulatória	640
36.2.11. Etapa expropriatória	642
36.2.12. Suspensão do processo e prescrição	642
36.2.13. Desistência e sucumbência	642
36.2.14. Sistemática recursal	643
36.3. Execução por quantia certa em face de devedor insolvente: insolvência civil.....	643
36.3.1. Introdução	643
36.3.2. Competência.....	644
36.3.3. Legitimidade ativa e passiva	645
36.3.4. Procedimento instaurado pelo devedor ou pelo espólio	646
36.3.5. Procedimento instaurado pelo credor quirografário	647
36.3.6. Início da execução coletiva	649
36.3.7. Habilitação dos créditos.....	649
36.3.8. Desenvolvimento e fim da execução coletiva	650
36.4. Execução de prestação alimentícia	652
36.4.1. Verba alimentar	652
36.4.2. Competência, legitimidade ativa e passiva na execução por alimentos.....	653
36.4.3. Procedimento do art. 475-J.....	654
36.4.4. Procedimento do art. 733	655
36.4.5. Constituição de capital (art. 475-Q).....	657

Capítulo 37 – Procedimento para obrigação de fazer, não fazer

ou de entrega de coisa	658
37.1. Procedimento para obrigação de fazer, não fazer ou de entrega de coisa reconhecida em título executivo judicial.....	658
37.1.1. Introdução	658
37.1.2. Meios executivos	659
37.1.3. As <i>astreintes</i>	659
37.1.4. Procedimento para cumprimento de sentença.....	663
37.2. Procedimento para obrigação de fazer, não fazer ou de entrega de coisa reconhecida em título executivo extrajudicial.....	665
37.2.1. Execução autônoma para a entrega de coisa certa.....	665
37.2.2. Execução autônoma para a entrega de coisa incerta.....	667
37.2.3. Execução autônoma para obrigação de fazer	667
37.2.4. Execução autônoma para obrigação de não fazer	669

PARTE V – O PROCESSO CAUTELAR, OS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURIDIÇÃO CONTENCIOSA E VOLUNTÁRIA, OS JUIZADOS ESPECIAIS E A TEORIA GERAL DO PROCESSO COLETIVO

Capítulo 38 – O processo cautelar.....	673
38.1. O processo cautelar e a tutela cautelar.....	673
38.2. Classificação do processo cautelar	675
38.3. Características do processo cautelar.....	676
38.4. Procedimento cautelar comum	678
38.4.1. Competência.....	678
38.4.2. Petição inicial.....	680
38.4.3. Prazo para ajuizamento	680
38.4.4. Concessão da liminar, citação, resposta e instrução.....	681
38.4.5. Sentença cautelar	683
38.4.6. A coisa julgada no processo cautelar.....	684
38.4.7. Execução da sentença cautelar	686
38.5. Procedimentos cautelares típicos: breves explicações	686
38.5.1. Arresto, sequestro e busca e apreensão.....	686
38.5.2. Caução.....	687
38.5.3. Exibição de documentos, produção antecipada de provas e justificação....	687
38.5.4. Alimentos provisionais.....	689
38.5.5. Arrolamentos de bens.....	689
38.5.6. Protesto, notificações e interpelações	689
38.5.7. Homologação do penhor legal.....	690
38.5.8. Posse em nome do nascituro	690
38.5.9. Atentado.....	690
38.5.10. Protesto e apreensão de títulos	691
38.5.11. Outras medidas provisionais.....	691

Capítulo 39 – Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa.....	692
39.1. Introdução	692
39.2. Consignação em pagamento	693
39.3. Ação de depósito	697
39.4. Ação de busca e apreensão (DL nº 911/69).....	700
39.5. Ação de prestação de contas	704
39.6. Ações possessórias	707
39.7. Ação de nunciação de obra nova.....	710
39.8. Ação de usucapião.....	712
39.9. Ação de divisão e de demarcação de terras particulares	716
39.10. Inventário e partilha	716
39.11. Embargos de terceiros	720
39.12. Habilitação e restauração de autos.....	722
39.13. Das vendas a crédito com reserva de domínio.....	722
39.14. Ação monitória	723
Capítulo 40 – Procedimentos especiais de jurisdição voluntária	727
40.1. Introdução	727
40.2. Alienações judiciais	728
40.3. Separação consensual	729
40.4. Testamento e codicilo	730
40.5. Herança jacente.....	731
40.6. Bens dos ausentes	732
40.7. Coisas vagas.....	732
40.8. Curatela dos interditos	733
40.9. Organização e fiscalização das fundações.....	734
40.10. Especialização da hipoteca legal	734
Capítulo 41 – Os juizados especiais	736
41.1. Introdução	736
41.2. Procedimento sumaríssimo.....	736
41.3. Critérios adotados nos juizados especiais.....	737
41.4. Competência nos juizados especiais.....	738
41.4.1. Opção entre o Juízo Cível Estadual e o Juizado Especial Estadual	739
41.4.2. Opção entre o Juízo Cível Federal e o Juizado Especial Federal, bem como entre o Juízo Fazendário Estadual e o Juizado Especial Fazendário Estadual.....	739
41.4.3. Conflito de competência entre Juízo Cível e o Juizado Especial.....	740
41.5. Legitimação ativa e capacidade postulatória.....	740
41.6. Legitimação passiva.....	741
41.7. Intervenção de terceiros e participação do Ministério Público.....	741
41.8. Petição inicial.....	742

41.9.	Indeferimento da petição inicial ou resolução liminar do mérito	742
41.10.	Antecipação dos efeitos da tutela satisfativa e cautelar	743
41.11.	Meios processuais para impugnar a decisão interlocutória que defere ou indefere a antecipação dos efeitos da tutela	743
41.12.	Citação	744
41.13.	Atos processuais	745
41.14.	Audiência de conciliação	745
41.15.	Resposta do réu	746
41.16.	Inversão do ônus da prova	746
41.17.	Audiência de instrução e julgamento	747
41.18.	A sentença	748
41.19.	Recursos, ações autônomas de impugnação e incidentes	749
41.19.1.	Embargos de declaração	749
41.19.2.	Recurso inominado, agravo interno e recurso extraordinário	749
41.19.3.	Mandado de segurança, ação rescisória e reclamação	750
41.19.4.	Pedido de uniformização de interpretação de lei federal	751
41.20.	A execução por quantia certa nos Juizados Especiais	752
41.20.1.	Execução por quantia certa no Juizado Especial Estadual	752
41.20.2.	Execução por quantia certa no Juizado Especial Federal e Fazendário	754
41.20.3.	Execução de obrigação de fazer, não fazer ou de entrega de coisa nos Juizados Especiais	754

Capítulo 42 – Teoria geral do processo coletivo..... 756

42.1.	Introdução	756
42.2.	Princípios reitores do processo coletivo	757
42.3.	Competência	758
42.4.	Legitimidade ativa	758
42.5.	Legitimação passiva: possibilidade de ação coletiva passiva	761
42.6.	Os procedimentos coletivos	762
42.7.	Litispendência entre processos coletivos	763
42.8.	Litispendência entre processos coletivo e individual	764
42.9.	Processamento: concessão de tutelas de urgência, meios executivos e o uso do processo coletivo para instaurar um controle difuso de constitucionalidade	764
42.10.	A sentença no processo coletivo	765
42.11.	Liquidação da sentença coletiva	766
42.12.	A coisa julgada no processo coletivo	766
42.12.1.	Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	767
42.12.2.	Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> ou <i>in utilibus</i>	768
42.12.3.	Os limites subjetivos da coisa julgada nas demandas coletivas	769
42.13.	Execução da sentença coletiva	770

PARTE VI – O ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Capítulo 43 – O anteprojeto do novo Código de Processo Civil	773
43.1. Apresentação, justificativas e membros da comissão	773
43.2. Princípios	773
43.3. Jurisdição e competência	774
43.4. Ação	775
43.5. Tutelas jurisdicionais	775
43.6. O magistrado	775
43.7. Ministério Público	776
43.8. Defensoria Pública	776
43.9. Litisconsórcio	776
43.10. Atos processuais, prazos e vícios	777
43.11. Distribuição	777
43.12. Petição inicial	777
43.13. Comunicação dos atos processuais	778
43.14. Audiência de conciliação	779
43.15. Contestação e reconvenção	779
43.16. Exceção de impedimento e suspeição	779
43.17. Providências preliminares e saneamento do processo	780
43.18. Teoria geral das provas	780
43.19. Das provas em espécie	781
43.20. Audiência de instrução e julgamento	781
43.21. Sentença	781
43.22. Coisa julgada	782
43.23. Teoria geral dos recursos	782
43.24. Apelação	783
43.25. Recurso de agravo	783
43.26. Embargos infringentes	784
43.27. Embargos de declaração	784
43.28. Recurso ordinário	784
43.29. Recurso extraordinário e recurso especial	785
43.30. Embargos de divergência	785
43.31. Incidente de resolução de demandas repetitivas	785
43.32. Ação rescisória	786
43.33. Reclamação	786
43.34. Uniformização de jurisprudência	786
43.35. Declaração de inconstitucionalidade	786
43.36. Reexame necessário	787
43.37. Conflito de competência	787
43.38. Requerimento de suspensão de segurança	787
43.39. Teoria geral da execução	787

43.40. Competência para o cumprimento de sentença.....	788
43.41. Competência para a execução de título executivo extrajudicial	788
43.42. Partes na execução	788
43.43. Responsabilidade patrimonial.....	789
43.44. Título executivo judicial e extrajudicial.....	789
43.45. Cumprimento da sentença que impõe obrigação de pagar.....	789
43.46. Execução de título extrajudicial para obrigação de pagar	790
43.47. Procedimento comum: penhora e avaliação	791
43.48. Procedimento comum: etapa expropriatória.....	791
43.49. Procedimento comum: suspensão e extinção da execução.....	792
43.50. Procedimentos executivos especiais: em face da Fazenda Pública.....	792
43.51. Procedimentos executivos especiais: execução fiscal.....	792
43.52. Procedimentos executivos especiais: insolvência civil.....	793
43.53. Procedimentos executivos especiais: dívida de natureza alimentar	793
43.54. Execuções de obrigações de fazer, não fazer e de entrega de coisa.....	793
43.55. Os meios executivos: as <i>astreintes</i>	793
43.56. Considerações finais	794
Questões extraídas de concursos	795
Bibliografia.....	853